

CAPITAL SOCIAL EM SANTA CATARINA: O CASO DOS FÓRUNS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E UM PREÂMBULO À SOCIOLOGIA DA HISTÓRIA ECONÔMICA CATARINENSE

Marcos Antonio Mattedi¹, Walter Marcos Knaesel Birkner²

¹ Universidade Regional de Blumenau – FURB, e-mail: mam@furb.br

² Universidade do Contestado – UnC, Canoinhas, e-mail: desenvolvimento@cni.unc.br

Resumo

Trata-se de fazer um comentário sobre o livro intitulado "Capital Social em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional", onde os referidos Fóruns, sendo resultantes de um movimento de descentralização política, são apresentados como um arranjo político de caráter neo-institucional. Não obstante, atendo-se aqui ao segundo capítulo do livro, que trata de uma retrospectiva da formação sócio-econômica de Santa Catarina, sugere-se uma releitura da história econômica catarinense a luz do termo capital social. e para auxílio argumentativo, há uma recorrência e contraposição ao trabalho da historiadora Maria Luiza Renaux Hering, cujo livro "Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento" enfatiza o caráter schumpeteriano do empresário catarinense. No contraponto, sugerimos que a importância do espírito empreendedor deve ser compreendida a partir e através de um contexto de ordem sociológica, para o qual o termo capital social apresenta alguma utilidade.

O título do livro é familiar a muitos dos que refletem e se debruçam sobre o tema do desenvolvimento. Desde o advento da globalização, da crise do Estado e de um conjunto de efeitos - entre os quais os desequilíbrios regionais -, pesquisadores, políticos e empresários tem procurado redefinir conceitos e estratégias, levando em consideração uma gama de novos pressupostos. Estes se somam ou se transpõem a fatores já conhecidos sobre o desenvolvimento, sugerindo a reaproximação entre a sociologia e a economia, e permitindo, no caso específico, uma nova leitura sobre o "empreendedorismo" em Santa Catarina, sobre sua cultura política, sua tradição descentralizadora e seus ufanismos, enfim, sobre o seu capital social.

A idéia-força do capital social tem sido utilizada com alguma frequência no interior das ciências sociais, sobretudo no âmbito temático do desenvolvimento regional – e é bom não confundir-la com o seu significado contábil, relacionado ao patrimônio empresarial. Numa definição preambular, o capital social compreende um conjunto de fatores de ordem social cujo amálgama favorece o ambiente para uma sociedade cultural, política e economicamente virtuosa, daí o seu approach com o desenvolvimento. Neste aspecto reside parte da sua atratividade e alguma originalidade. Para quem já conhece o termo, a definição aqui nada traz de novo. Mas as primeiras leituras sobre o tema tendem a causar surpresa, devido ao caráter quase exótico de sua contribuição nos campos político e, sobretudo, econômico. A excentricidade do fenômeno vem da essência sociológica, por vezes antropológica, dos componentes dessa, digamos assim, química social, cujo efeito mais notável se materializa no desenvolvimento econômico, mas também político e cultural.

Mas que componentes, afinal, são esses? Então vamos lá: trata-se de fenômenos como o associativismo, a cooperação, a solidariedade, a confiança, o interesse do cidadão pela coisa pública, a disposição dialógica, o conseqüente destemor de enfrentar o

conflito de idéias e de interesses, além de identidade e auto-estima coletivas e assim por diante. Em outras palavras, a novidade está em reconhecer nos valores sociais a explicação para o êxito da economia e para o bom funcionamento das instituições políticas.¹ Segundo o cientista político norte-americano James Coleman (1990), o capital social seria o estoque resultante da construção coletiva de valores, normas, regras e crenças no longo tempo. Como outros tipos de capital, é produtivo, facilitando as ações econômicas e políticas dos que dele se utilizam. Assim, agindo instrumentalmente, as pessoas tirariam proveito desses recursos disponíveis na sociedade, usando-os a fim de ganhar mobilidade ocupacional e facilitar o cumprimento de seus objetivos. Tais recursos promoveriam bens de capital individual, mas não estariam alojados nem nos indivíduos, nem tampouco nos implementos físicos da produção, sendo provenientes da sociedade.

Foi outro politólogo norte-americano, Robert D. Putnam (1996), quem trouxe o tema à literatura sociológica com maior propriedade. Sua grande contribuição está no esforço investigativo de acompanhar, durante vinte anos, a reforma que promoveu a regionalização político-administrativa na Itália, iniciada na década de setenta. Ao acompanhar o desempenho das novas instituições políticas, Putnam chegou a duas importantes conclusões, leia-se: 1] boas reformas institucionais são capazes de melhorar ambientes políticos; e 2] fatores históricos de organização social interferem no funcionamento das instituições políticas, como também no desenvolvimento econômico. Para além disso, constatou que, embora as reformas tenham alterado comportamentos políticos em toda a Itália, foram sensivelmente mais eficazes no norte do que no sul. E por que? É que o norte em geral seria favorecido por ambientes sociais caracterizados pela presença de redes de relações sociais mais intensas, isto é, marcadas pelo capital social acumulado historicamente. De quebra, o mencionado fator explicaria o bom andamento da economia.

Ora, desde então o trabalho de Putnam teve um importante efeito multiplicador, disseminando o uso do termo capital social e abastecendo novas abordagens sobre o desenvolvimento. Mais que isso, engordou consideravelmente as abordagens menos economicistas da temática e serviu de ponto cardeal a novos pesquisadores, além de prestar uma contribuição teórico-metodológica importante, ao estimular o diálogo interdisciplinar entre a economia, a sociologia, a ciência política e a antropologia.²

Devendo alguma inspiração ao trabalho de Putnam, o livro *Capital social em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional* é resultado de uma investigação sobre os referidos Fóruns, cuja emergência significou os primeiros passos na direção da descentralização e da regionalização institucionalizada em voga no estado. Os Fóruns emergiram na cena política catarinense na segunda metade dos anos noventa como entidades não governamentais de organização das demandas regionais em resposta às necessidades do desenvolvimento. Em torno dessa missão, reuniram atores estratégicos em todo território estadual, constituindo importantes redes de cooperação interinstitucional, otimizando os capitais cognitivo e político e a energia da sociedade civil a fim de traçar novos rumos ao desenvolvimento. Agora, tratava-se descentralizar, reativar a participação social, aproximar governo e sociedade, intensificar a integração intermunicipal, e criar condições endógenas ao crescimento e ao desenvolvimento sustentável. O que o livro procura demonstrar é que a experiência dos Fóruns estimulou,

¹ Não representará nenhum exagero aproximar o termo capital social ao que Emilie Durkheim definiu como sendo o fato social e, mais precisamente, a consciência coletiva.

² Uma interessante abordagem a demonstrar essa aproximação pode ser encontrada em HIGGINS (2005).

quando não resgatou, o capital social em Santa Catarina, ao mesmo tempo em que sua emergência também resultou dessa química social em alguma medida historicamente presente no estado. Não obstante, entre uma retrospectiva da história econômica catarinense e o reconhecimento do papel governamental nessa trajetória, o livro tenta demonstrar o quanto a sinergia ente governo e sociedade civil é não apenas desejável como necessária, sendo uma das constatações da pesquisa sobre a capacidade de estimular ambientes de capital social e facilitar o chão do empreendedorismo e do desenvolvimento sustentável.

Uma advertência à interpretação schumpeteriana da economia catarinense

A retrospectiva sucinta sobre a história econômica é feita com o apoio de alguns autores do estado. Todavia, procurando evitar as redundâncias, o objetivo desse resgate está em apontar a presença do capital social, em meio ao já reconhecido papel do planejamento governamental e do enaltecimento do *self made man*. Para tanto o segundo capítulo sugere um contraponto à interpretação schumpeteriana que a historiadora Maria Luiza Renaux Hering (1987) oferece sobre o empresariado catarinense. No seu livro “Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento”, a autora destaca as qualidades do empresário catarinense, empreendedor de origem européia, sugerindo tal característica como a chave interpretativa para a compreensão do sucesso econômico. Sem desmerecer a contribuição da referida obra, o livro sobre o Capital social em Santa Catarina sugere um diálogo com a interpretação schumpeteriana, a fim de demonstrar que tal figura empreendedora só poderia ter se manifestado, como ocorreu, no “terreno social” fértil em que viveu. Aproveitando alguns exemplos oferecidos pela própria autora, é possível identificar ingredientes como confiança, cooperação e associação, muito caros à noção de capital social. Nessa direção, embora não seja seu propósito central, o livro aqui resenhado sugere uma releitura do desenvolvimento econômico do estado à luz dessa perspectiva sociológica. Em outras palavras, sugere-se, o espírito empreendedor do empresariado catarinense historicamente dependeu de relações de cooperação, confiança e identidade comunitária, sem o quê o reconhecido sucesso da trajetória industrial catarinense fica insuficientemente explicado.³

É, portanto, no segundo capítulo que o livro sobre o Capital social tenta oferecer ao leitor uma interpretação, lembre-se, não antagônica, mas complementar, acerca do pressuposto geral da autora. Não se trata de receio ao confronto, mas de reconhecimento sobre a validade da tese do empreendedor schumpeteriano, no que a autora não erra. Contudo, trata-se mais ainda de advertir sobre a falta de atualização da tese, o que poderia levar a autora a uma revisão sobre o seu trabalho. Um novo exame permitiria o reconhecimento de que seu próprio trabalho lhe fornece claros indícios sobre o caráter sociológico - leia-se antropológico - que explicaria de maneira mais consistente o “modelo catarinense de desenvolvimento”. É, portanto, esse o dado novo a perceber, e no interior do qual o perfil do empreendedor catarinense deve ser lido.

O curioso é que a autora não economiza menções ao aspecto cooperativo que deu origem aos empreendimentos, embora no livro adquiram uma conotação schumpeteriana que enaltece a atitude individual do empreendedor. Daí que é possível cogitar, fosse feita hoje e sua análise teria de incorporar o fator sociológico não apenas como pano de fundo,

³ Há pelo menos dois economistas em Santa Catarina que, de algum modo, se preocuparam com a relação entre ação empresarial e contexto cultural. São eles RAUD (1999) e LINS(2000).

mas como o norte interpretativo que lhe obrigaria à mudança do enfoque. Mais precisamente, podemos admitir, a ênfase de sua interpretação, ainda que schumpeteriana, seria acrescida de contribuições sociológicas que só começaram a aparecer na bibliografia sociológica anos depois do seu trabalho. Com isso, o peso interpretativo do empreendedor schumpeteriano teria de ser relativizado, entrando em cena um conjunto de fatores reconhecidamente de ordem social, que a autora não desconhece, mas não usa para fugir do determinismo schumpeteriano de caráter a-sociológico.

No seu livro, não são poucos os relatos de empreendimentos que tornam implícito quando não explicitam um componente de primeira ordem ao sucesso de tais iniciativas. Invariavelmente, em todos os casos, foi o ingrediente da cooperação e seu correlato, a confiança interpessoal, que marcaram o impulso inicial dos empreendimentos. Nesse sentido, é possível reconhecer a força de novas contribuições analíticas, como se pode reconhecer o esforço de Putnam ao trazer a luz uma importante explicação para o bem sucedido caso do norte-italiano e, não obstante, o sucesso das reformas políticas em toda a Itália. Faltou um termo, um conceito talvez, e um conjunto explicativo tal como o de capital social, e o esforço de Renaux Hering poderia, como poderá, se reexaminado, amplificar de maneira bastante justa a interpretação sobre o caráter empreendedor da cultura empresarial catarinense.

Não há como penalizar a autora pela referida ausência pois que a teoria econômica da década de oitenta esteve desabastecida do combustível sociológico. Não há também de se negar o mérito de ter a autora fugido, propositadamente, de limitações interpretativas como as da teoria da dependência. Ao contrário, ela fez questão de desafiar a validade desses pressupostos, que já haviam sido aplicados na tentativa de compreender o caso catarinense.⁴ Faltou-lhe, contudo, aquilo que à época não teve à disposição e que marcou, a partir da década de noventa, a salutar reaproximação entre a economia e as ciências sociais. Nessa perspectiva, é recomendável a atualização de seu trabalho.

Parte desse problema, é verdade, reside no espaço de tempo em que artigos e livros inovadores são publicados no seu país de origem até o momento de sua publicação traduzida, além de dependerem da forma como serão recebidos, por exemplo, em um país como o Brasil. Assim, distante do caráter dispensável que muitos trabalhos adquirem, o de Renaux Hering mereceria uma revisão e atualização, no que contribuiria verdadeiramente com as reflexões atuais, tanto de aspectos econômicos quanto de aspectos políticos a serem compreendidos no estado catarinense. É nesse sentido que a utilização do termo capital social poderá ainda servir de norte analítico ao invés de cair no modismo resultante de idiotismos de linguagem.

Isso sugere que historiadores e antropólogos, para além de sociólogos, cientistas políticos e até economistas, também o façam. Há um trabalho bastante ilustrativo que, embora sem menção ao capital social, contribui para esse entendimento: trata-se de um livro de Bijker [1995], que mostra como as inovações tecnológicas podem ser determinadas segundo contextos sócio-culturais em que surgem ou são inibidas. Sua tese reside na idéia de que as sociedades se caracterizam por conjuntos de liberdades e constrangimentos, a partir dos quais os empreendimentos tecnológicos surgem ou são

⁴ É o que a autora faz ao confrontar sua análise schumpeteriana e de caráter endógeno para explicar o desenvolvimento da economia catarinense, em contraposição à análise de Singer [1977].

inibidos. Ora, imediatamente sugestivo é que, ao concordar com a assertiva, podemos transferi-la ao contexto econômico, se o quisermos. E de fato, para a solidez do argumento, é proveitoso fazê-lo.

Admitindo, assim, o pressuposto de Bijker, torna-se possível assemelhar contextos de liberdades e constrangimentos a ambientes de maior ou menor capital social. Se concordarmos que valores como a cooperação e a confiança regulam liberdades e constrangimentos, facilitando algumas iniciativas e inibindo outras, podemos admitir que certas regras sociais podem estimular pessoas a se reunirem em torno de uma mesa a fim de empreender juntos aquilo que, sozinhos, nenhuma delas conseguiria realizar. Nesse sentido, se reconhecermos que tal procedimento tenha resultado na criação de uma universidade regional, que de uma sala de aula se transformou em blocos de três pisos, ou de uma empresa alimentícia, que começou com uma conversa entre vizinhos e se transformou em um grande complexo industrial exportador, poderíamos supor que na base, no princípio de tudo, um conjunto de liberdades [para empreender] e constrangimentos [para não errar] pode aparecer como sendo o principal fator explicativo.

Como já se disse, não são poucos os relatos que, no livro de Renaux Hering, dão conta do caráter associativo dos empreendimentos capitalistas em Santa Catarina. Ainda assim, a miopia analítica, cuja origem reside no fascínio das teorias de plantão, tem obstruído até aqui um ponto de vista mais amplo sobre o horizonte interpretativo. Isso torna a revisão sempre necessária, como ela será daqui a vinte anos. Portanto, se reexaminarmos a história do desenvolvimento catarinense à luz de fatores como a confiança interpessoal e a cooperação, poderemos formular alguma interpretação que seja capaz de contribuir com o setor produtivo e, quando menos, confirmar algumas proposições bastante recentes no universo das organizações.⁵ Desta maneira, poderíamos chegar mesmo a identificar um conjunto de liberdades e constrangimentos que ajudasse a compreender, do ponto de vista sociológico e para além do que já sabemos, alguns dos caminhos que conduzem a sociedade na busca do desenvolvimento econômico. E, se quisermos, poderemos até dar a esse conjunto de fatores o nome de capital social.

Bibliografia

BIJKER, Wieber E. *Of bicycles, bakelites and bulbs: toward a theory of sociotechnical change*. Cambridge, Mass, London, MIT, 1995.

BIRKNER, Walter M. Knaesel. *Capital social em Santa Catarina: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional*. Blumenau, EdiFurb, 2006.

COLEMAN, James S. *Foundations of social theory*. Cambridge, Massachusetts, and London, Harvard University Press, 1990.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.

⁵ Periódicos especializados em gestão empresarial tem insistido ultimamente no perfil empresarial moderno, muito convergente com pressupostos do capital social. Entre eles podemos citar EXAME, de 11/04/07, e MANAGEMENT, edição Jan/fev/2008. Da mesma maneira, já é possível perceber que termos como cooperação e confiança aparecem no mercado editorial voltado ao mundo empresarial, como em "O poder da confiança", de um autor aparentemente prestigiado na seara da gestão empresarial como Stephen Covey, Editora Campus.

HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau, EdiFurb, 1987.

HIGGINS, Sílvio Salej. Fundamentos teóricos do capital social. Chapecó, Argos, 2005.

LENZI, Cristiano Luiz. O “modelo catarinense” de desenvolvimento: uma idéia em mutação? Blumenau, EdiFurb, 2000.

LINS, Hoyedo Nunes. Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias indústrias têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos noventa. Florianópolis, Ufsc, 2000.

PEYREFITTE, Alain. A sociedade da confiança. Rio, Instituto Liberal, 1999.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio, FGV, 1996.

RAUD, Cécile. A industrialização do Vale do Itajaí: uma nova leitura a partir da experiência italiana. In: Theis, Ivo M., Mattedi, Marcos A. e Tomio, Fabricio R. de L. Nosso passado [in]comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau. Blumenau, Furb/Cultura em Movimento, 2000.

SINGER, Paul Israel. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Editora Nacional, 1977.